

PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR): FRONTEIRA DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

Leda Buonfiglio¹

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Niterói, RJ, Brasil

Enviado em 15 ago. 2021 | Aceito em 29 ago. 2021

Resumo: O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) correspondeu à política habitacional brasileira da última década remodelando intensivamente o espaço urbano. Contudo, o PMCMV também impactou o espaço rural com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que curiosamente, em comparação às demais modalidades do Programa, fora deixado à margem de teorizações, ao menos na Geografia. Partindo dessa constatação, trazemos na primeira parte do artigo uma breve caracterização do PNHR. Com o intuito de demonstrar que sua expressão não foi residual, nem do ponto de vista quantitativo, nem qualitativo, exibimos ao longo do artigo um conjunto de dados, mapas e um pequeno acervo de fotos do PNHR em distintas localidades (entre 2009 e 2020) revelando um importante campo de forças de agentes não hegemônicos que conduziram a produção habitacional no meio rural.

Na segunda parte do artigo, há um desafio em situar a política em tela no debate teórico, questionando se o PNHR demarca uma nova fronteira espacial na marcha da *urbanização extensiva* (LIMONAD, 2019; LIMONAD, 2020; LIMONAD & MONTE-MOR, 2020; MONTE-MOR, 2019; BRENNER, 2018), ou se reforça uma nova *ruralidade* (FAVARETO, 2019). De toda forma, qual seria o lugar do PNHR na nova dinâmica de estruturação territorial brasileira e como política territorial (BRANDÃO, 2019), impactando demograficamente a manutenção de famílias e comunidades tradicionais no campo?

Na terceira e última parte do artigo, pontuamos algumas questões quanto à concepção da política do PNHR ter sido rebatida em diversas *territorialidades*: foram casas para famílias de pescadores, quilombolas, indígenas, assentados da Reforma Agrária, comunidades extrativistas, posseiros e pequenos agricultores. Tais beneficiários não podem ser enquadrados apenas sob o rótulo de baixa renda. Na medida que extrapola a política habitacional historicamente setorial e urbana, restrita ao perímetro da cidade, o PNHR exige um instrumental analítico em estudos transdisciplinares das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, mobilizando diversos saberes populares e tradicionais que reafirmam o tema da habitação como um conhecimento de fronteira.

Palavras-chave: Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); urbanização extensiva; ruralidade; política territorial; casas em comunidades tradicionais

THE NATIONAL RURAL HOUSING PROGRAM (PNHR): BRAZIL'S HOUSING POLICY FRONTIER

Abstract: The program known as *Minha Casa, Minha Vida* (MCMV) embodied the Brazilian housing policy in the last decade, by profoundly transforming urban space. However, the MCMV also impacted rural land through the National Rural Housing Program (PNHR) which, oddly as it may seem when compared with the other modes of the program, had been left out of theorizations, at least as regards Geography. Having realized this, we present a brief description of the PNHR in the first part of the article. To show that its role was not residual, either in quantity or quality, we display throughout the article a set of data, maps, and a small collection of photographs of the PNHR in different

1. Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Doutora pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: ledabuonfiglio@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6243-8575>

locations (between 2009 and 2020). This reveals an important force field of non-hegemonic agents that have led the housing production in rural areas.

In the second part of the article, there is the challenge of including the mentioned policy in the theoretical debate, by questioning whether the PNHR marks a new space frontier as the march of *extensive urbanization* moves forward (LIMONAD, 2019; LIMONAD, 2020; LIMONAD & MONTE-MOR, 2020; MONTE-MOR, 2019; BRENNER, 2018) or strengthens a new *rurality* (FAVARETO, 2019). At any rate, what would be the PNHR's place in the new Brazilian dynamics of territorial structuring and also territorial policy (BRANDÃO, 2019) demographically impacting preservation of traditional families and communities in the field?

In the third and last part of the article, we point out a few questions as to the political concept of the PNHR, of implanting it in several *territorialities*, regardless of their local differences: homes for fishing families, maroon and indigenous communities, land reform settlements, extractive communities, squatters, and small farmers. Such beneficiaries cannot simply be labeled as a low income population. Since it exceeds the historically industrial and urban policy, contained by the city limits, the PNHR requires analytical instruments with transdisciplinary studies in Human Sciences and Applied Social Sciences, to set in motion multiple kinds of popular and traditional wisdom which reaffirms the housing theme as a frontier of knowledge.

Keywords: The National Rural Housing Program (PNHR); extensive urbanization; rurality; territorial politics; houses in traditional communities

PROGRAMA NACIONAL DE HABITACIÓN RURAL (PNHR): FRONTERA DE LA POLÍTICA DE HABITACIÓN EN BRASIL

Resumen: El programa "Minha Casa, Minha Vida" (PMCMV) correspondió a una política de vivienda pública que cambió intensamente el espacio urbano en la última década en el Brasil. Sin embargo, esta también tuvo un gran impacto en el espacio rural con el Programa Nacional de Habitación Rural (PNHR), que, curiosamente, en comparación a las demás líneas de acción, fue dejado al margen en cuanto a las investigaciones y de la teoría por lo menos en el campo de la geografía. Partiendo de esta premisa, traemos en la primera parte de este artículo una breve caracterización del PNHR, con el fin de demostrar que su aplicación no fue residual tanto en lo cuantitativo como en lo cualitativo, al compartir un conjunto de datos, mapas y fotografías tomadas entre los años 2000 y 2020, que revelan cómo la fuerza de agentes no hegemónicos condujeron a la producción de vivienda en el ámbito rural.

En la segunda parte de este artículo, se plantea un desafío al situar la política pública en el debate teórico, al cuestionar si el PNHR demarca una nueva frontera espacial en la marcha de la urbanización extensiva (LIMONAD, 2019; LIMONAD, 2020; LIMONAD & MONTE-MOR, 2020; MONTE-MOR, 2019; BRENNER, 2018), o se refuerza una nueva ruralidad (FAVARETO, 2019). Lo anterior plantea, en todo caso, la pregunta sobre cuál sería el lugar del PNHR en la nueva dinámica de estructuración territorial brasileña, y cómo la política territorial (BRANDÃO, 2019) ha impactado demográficamente la manutención de familias y comunidades tradicionales en el campo.

En la tercera y última parte del artículo, señalamos algunos cuestionamientos realizados a la concepción del PNHR en relación a las viviendas por parte de diversas territorialidades de familias pescadoras, quilombolas, indígenas, colonos de la reforma agraria, comunidades extractivas, poseedores y pequeños agricultores. Estos beneficiarios mencionados simplemente no pueden ser encuadrados apenas bajo el título personas de bajos ingresos, en cuanto a que la expansión de una política de vivienda históricamente centrada en lo urbano, limitada al perímetro de las ciudades, con la aplicación del PNHR, necesita de unas herramientas analíticas en estudios transdisciplinarios en ciencia humanas, ciencias sociales aplicadas, que movilicen saberes populares y tradicionales que reafirman la temática de la vivienda como el de un conocimiento frontera.

Palabras-clave: Programa Nacional de Habitación Rural (PNHR); Urbanización extensiva; Ruralidad; Política Territorial; Casas en comunidades tradicionales



Breve caracterização do PNHR

A Lei nº 11.977/2009 que instituiu o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) dividiu-o em dois: o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Ao longo do tempo e duração do Programa, surgiram quatro modalidades no meio urbano: FAR / Empresas, FAR Urbanização – Vinculadas; FAR / Oferta Pública; FDS / Entidades, bem como quatro faixas de renda de atendimento². Para o meio rural, dirigido à população que vivia no campo, existiu uma única modalidade, voltada para três grupos de renda³. Contudo, tais grupos atendidos por

² Para dados e mapas de todas as modalidades contrastadas do PMCMV, bem como o debate das faixas de renda, ver BUONFIGLIO (2021a).

³ No Grupo 1, a renda mensal bruta anual era de até R\$ 15.000,00; no Grupo 2 entre R\$ 15.000,01 a R\$ 30.000,00; e no Grupo 3, de R\$ 30.000,01 a R\$ 60.000,00. Os recursos para o Grupo 1 são constituídos integralmente por subvenção do OGU e as famílias reembolsam 4% do valor da produção ou da reforma, em quatro parcelas anuais, sem correção e sem juros. Os Grupos 2 e 3 constituem operações de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os

faixas de renda escapam da análise meramente econômica, ainda que amalgamados sob o rótulo de baixa renda (BUONFIGLIO, 2021a). O universo de atendimento do PNHR amplificou-se para além de agricultores familiares e/ou trabalhadores rurais, como assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), comunidades tradicionais, entre outros grupos, e, dada sua especificidade, teve regulamentação própria⁴ mobilizando diversos órgãos⁵.

O PNHR caracterizou-se como produção pulverizada e em pequena escala (entre 25 a 50 UH), com construção e reforma de casas, e não como empreendimentos com incorporação de terra, como no meio urbano. Do ponto de vista fundiário, o PNHR criou uma flexibilização da condição de posse da terra exigida.

Assim como a modalidade Entidades no meio urbano, o PNHR surgiu por reivindicação de movimentos sociais, no caso deste último, movimentos ligados à reforma agrária e pela agricultura familiar, que conseguiram incluir uma modalidade no PMCMV voltada à moradia rural (OLIVEIRA & CONSTANTINO, 2019). Vale ressaltar que mesmo com a possibilidade de contratação pelo poder público, o PNHR apresentou como principal característica a contratação de casas via entidades representativas dos agricultores já que o contingente de produção habitacional no campo não teria sido atendido de forma suficiente apenas com a atuação do poder público (MASCIA, 2019).

Ainda que o agente social organizador da demanda pudesse ter caráter público (prefeituras, governos estaduais e do Distrito Federal, bem como respectivas Companhias de Habitação), foram as entidades representativas de grupos associativos que já atuavam no campo (entidades privadas sem fins lucrativos, sindicatos de trabalhadores, patronais, associações, condomínios e cooperativas habitacionais) que conduziram e executaram a política.

Contudo, houve um silenciamento teórico e acadêmico⁶ sobre o PNHR, que contrastou com as demais modalidades urbanas, essas sim, tendo ganhado destaque como atestou ampla bibliografia nacional ao longo de uma década de Programa. Seja por determinadas escolhas de escala, seja por recortes metodológicos a partir de campos específicos, o fato é que, findado o PMCMV, após uma década de existência com farta teorização crítica (ROYER, 2021), o PNHR não se tornou um objeto de pesquisa como o restante do PMCMV. Causa ou consequência, simultaneamente, houve um silenciamento político e discursivo da expressão do PNHR, talvez por certa invisibilidade da questão habitacional em bandeiras de luta e narrativas do campo que historicamente mobilizaram-se com outras reivindicações⁷.

Quanto aos procedimentos metodológicos aplicados, recorreu-se inicialmente à (1) tabulação e sistematização de dados oficiais relativos aos empreendimentos do PMCMV e em especial do PNHR para todas as Unidades de Federação disponíveis pela Caixa Econômica Federal; (2) análise documental de relatórios técnicos coordenados por equipes de governos estaduais e; (3) análise

beneficiários do Grupo 1 e do Grupo 2 eram atendidos coletivamente e organizados pelas Entidades. Já o Grupo 3, atendido diretamente junto ao agente financeiro.

⁴ O PNHR foi regulamentado por Portarias Interministeriais e Ministeriais. Para a compreensão do marco regulatório do PNHR, ver Oliveira & Constantino (2019).

⁵ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

⁶ Segundo Oliveira e Constantino (2019), dentre o mais abrangente conjunto de 38 estudos conduzidos por diversas universidades e grupos de pesquisa de todo o país, efetuados por iniciativa da Secretaria Nacional de Habitação à época, em parceria com o CNPq, por meio da Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012, apenas um único estudo, coordenado por Costa (2015) abordou o PNHR, enquanto todos os demais se ativeram às modalidades que envolvem intervenções urbanas. Apenas mais recentemente, em 2019, pesquisas realizadas pelo HABIS/IAU-USP/São Carlos culminaram no "I Seminário Regional do Habitat Rural – moradia, produção e a questão agrária no oeste paulista".

⁷ A Dissertação de Mestrado de Andrea dos Santos intitulada "Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Rio Grande do Sul: da produção habitacional à política territorial nos Assentamentos da Reforma Agrária", defendida em setembro de 2021 (PPGEO FURG), sob orientação da presente autora, traz importantes depoimentos de lideranças do MST que retratam a importância do PNHR em assentamentos da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul.

documental de trabalhos técnicos sociais realizados antes e após a construção da casa e efetivação da moradia pelas famílias (pré e pós ocupação) por meio do acompanhamento de arquitetos de cooperativas locais⁸. Junto aos relatórios e trabalhos técnicos, foram disponibilizados acervos de fotos quanto ao padrão e tipologia de casas construídas pelo PNHR para diversos grupos e comunidades. Portanto, a análise documental foi fundamental para a compreensão do alcance do atendimento nas mais diversas realidades locais onde houve incidência do Programa.

O aporte empírico de pesquisas acadêmicas recentes como de CORRÊA (2019) contribui para a leitura da diversidade territorial de universos de atendimento⁹. Posteriormente, confrontou-se o conjunto dos dados pesquisados com o referencial teórico e marco jurídico do PNHR, encontrado em OLIVEIRA & CONSTANTINO (2019). Por fim, para o presente artigo, precedeu-se a elaboração de mapas¹⁰, tabelas e quadros que pretendem auxiliar a leitura territorial da produção do PNHR para todo o país, apontando sobretudo para os universos de atendimento (grupos e comunidades específicos) e, futuramente, outras regionalizações deverão contemplar os enfoques analíticos.

Para uma introdução à análise crítica do Programa, debruçamo-nos, portanto, sobre este conjunto de dados, mapas e acervo de fotos do PNHR (entre 2009 e 2020).

Para uma visão integral de todo o PMCMV (2009 – 2020) Faixa 1, em cada modalidade, no meio urbano e no meio rural, podem ser visualizados os dados de produção (em sua atual situação contratadas; vigentes; concluídas não entregues; entregues e distratadas) na **Tabela 01**.

Tabela 01- Contratações Minha Casa Minha Vida (2009 - 2020) - Faixa 1

Modalidade	Faixa	UH Contratadas	Unidades			
			Vigentes	Concluídas		Distratadas
				Não entregues	Entregues	
FAR Empresas	1	1.363.375	149.984	7.176	1.131.116	75.099
FAR Urbanização - Vinculadas	1	85.939	11.243	655	67.113	6.928
Oferta Pública	1	166.886	43.183	1.443	111.032	11.228
Entidades	1	78.597	59.020	0.00	14.208	5.369
Rural	1	215.706	31.810	0.00	183.896	0.00
Total Faixa 1:		1.910.503	295.240	9.274	1.507.365	98.624

Fonte: <http://sishab.mdr.gov.br/>. Adaptada pela autora. *Concluídas Não Entregues: Obras com situação de obras "Concluída" com 90% de unidades entregues. Posição dos arquivos: Entidades (31/12/2020) Oferta Pública (30/09/2019) Rural (30/12/2020) FAR Empresas (31/12/2020) FAR Urbanização - Vinculadas (31/12/2020)

Recorda-se que a Faixa 1 foi a faixa de renda prioritária com produção subsidiada praticamente de forma integral¹¹, com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU). Das **1.910.503** unidades habitacionais contratadas apenas no Faixa 1, **1.507.365** foram entregues (até dezembro de 2020), no somatório de todas as modalidades do urbano e do rural. Somando as modalidades na área urbana, chega-se a **1.694.797** unidades habitacionais contratadas. Em municípios de pequeno porte,

⁸ Agradeço à Sâmya Milena Brandão Terra, quem gentilmente forneceu fotos do acervo de sua equipe das casas do PNHR em comunidades ribeirinhas e agroextrativistas de florestas estaduais quando gerente de projetos do Governo do Acre. As fotos de casas em assentamentos da Reforma Agrária no RS foram cedidas pela arquiteta Sabrina Cerqueira, responsável técnica da COCEARGS.

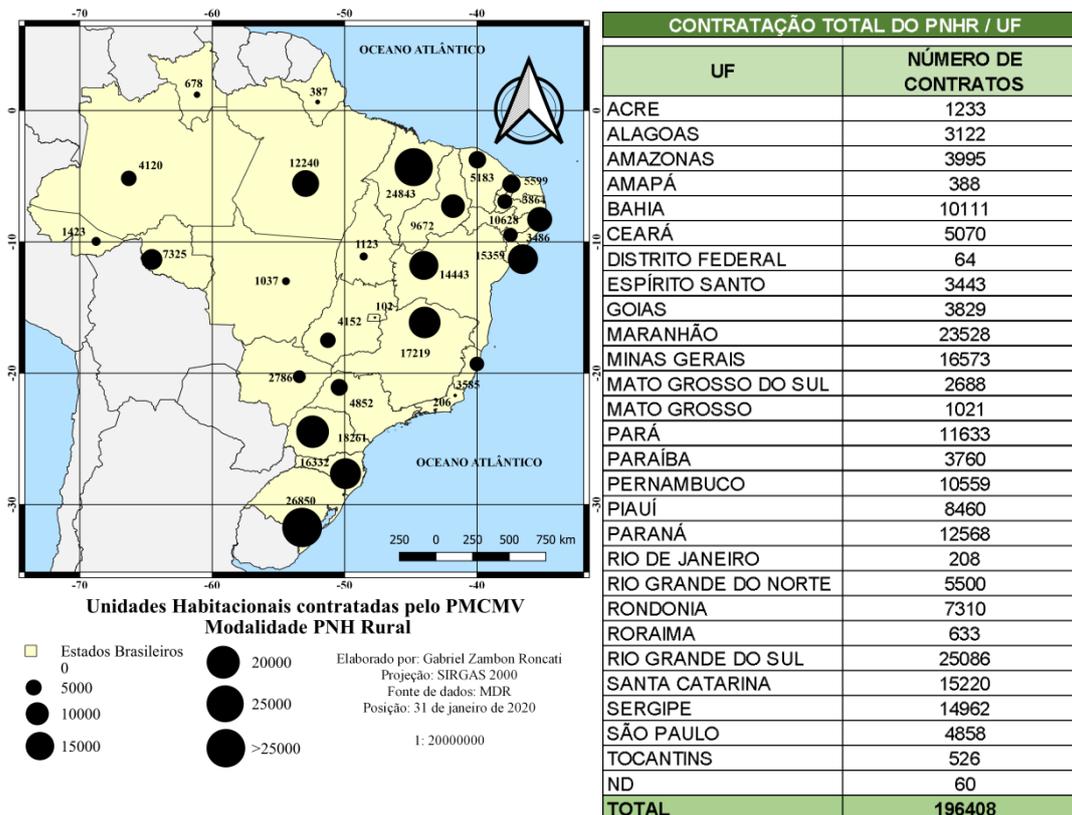
⁹ Assim como a pesquisa de mestrado já mencionada anteriormente, de Andrea dos Santos, produziu dados primários a partir de entrevistas quanto à realidade do Rio Grande do Sul e de um universo específico de alcance do PNHR que foram os assentamentos da Reforma Agrária.

¹⁰ Alguns dos mapas foram confeccionados pelo meu orientando de mestrado (PPGEO FURG) Gabriel Z. Roncati e estão sendo apresentados de forma inédita no presente artigo.

¹¹ 90% do valor do imóvel era subsidiado. Os outros 10% eram pagos em até 120 prestações mensais (dez anos), que variavam de R\$ 80 a R\$ 270, sem juros. O valor máximo do imóvel variou entre R\$ 60 mil a R\$ 96 mil.

ou seja, com população de até 50 mil habitantes, foram **166.886** unidades habitacionais produzidas (modalidade Oferta Pública), enquanto nos municípios acima de 50 mil habitantes foram **1.212.437** UH (nas modalidades: FAR Empresas, Entidades e FAR Urbanização – Vinculadas). No rural (PNHR), foram **215.706** unidades habitacionais contratadas e **183.896 entregues** (até dezembro de 2020). Na comparação dos dados brutos, entre o montante da produção rural e da produção urbana, a diferença é grande, contudo, comparando cada uma das modalidades do PMCMV, a produção habitacional do PNHR foi a 2ª modalidade em número de produção após a modalidade Empresarial (1.363.375 UH) e foi a mais expressiva dentro do campo de força dos agentes minoritários e não hegemônicos, o que representou quase o triplo da produção da modalidade Entidades. Também chama a atenção a diferença entre o total de UH contratadas e as entregues. Se houve atraso nas entregas dos empreendimentos habitacionais na modalidade Entidades (no meio urbano)¹² que chega a acumular 81% de unidades habitacionais não concluídas nem entregues (conforme a Tabela 01), o mesmo não ocorreu no PNHR. O PNHR também se fez presente em todo o território nacional, como podemos notar no **Mapa 01** e **Tabela 02**.

Mapa 01 e Tabela 02 - Unidades Habitacionais contratadas pelo PMCMV – PNHR por Unidades da Federação



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) (Posição: 31/01/2020). Adaptado de Buonfiglio, 2021a.

Nota-se que a Unidade de Federação que mais possui contratos de UH no PNHR é o Rio Grande do Sul (26.850), seguido do Maranhão (24.843); Paraná (18.261); Minas Gerais (17.219); Santa Catarina (16.332) e Sergipe (15.359), praticamente uma “dobradinha” entre as regiões Sul e Nordeste, com exceção de Minas Gerais. Em realidade, afirmamos anteriormente (BUONFIGLIO, 2021a; 2021b)

¹² A situação do MCMV modalidade Entidades / FDS é lamentável com o não repasse de verbas ou o não reajustes de materiais que tiveram um elevado aumento. A maioria dos empreendimentos está com os canteiros de obra praticamente parados ou em ritmo muito lento.

que o PNHR foi responsável pela interiorização e capilarização do Programa, não apenas porque chegou em todas as unidades de federação, mas também porque em muitos municípios de pequeno porte foi a única modalidade que chegou.

Perseguir o rastro da produção habitacional recente brasileira com o PNHR significa ultrapassar o perímetro urbano da “zona de conforto” delimitada por estudos da habitação já amplamente (re)visitados e lançar-se a um terreno pouco explorado cujo ponto de partida é o resultado de uma política que, no entanto, não fora devidamente problematizada. Reconhecemos que a empreitada não é fácil, já que novos horizontes analíticos impõem desafios teóricos, metodológicos e políticos.

PNHR: nova fronteira na marcha da urbanização extensiva?

Ainda que possamos questionar a hipótese de Brenner quanto ao processo de urbanização em escala planetária (2018), partimos da sociedade urbana como totalidade, validando historicamente a perspectiva lefebvriana¹³, que reconhece a hegemonia do modo de vida urbano como determinante no capitalismo (RANDOLPH, 2020).

Os pares campo-cidade e rural-urbano compreendidos como “manifestações espaço-temporais de relações sociais e espaciais de produção” vão sendo profundamente alterados e redimensionados. Se antes podiam mais facilmente estar delimitados numa relação de oposição ou de complementaridade, na contemporaneidade das relações capitalistas entrelaçam-se em formas e conteúdos, funções e feições, e suas fronteiras, antes mais rígidas, se dissolvem (LIMONAD, 2019, p. 298). Mesmo aqueles autores que defendem a ruralidade em sua permanência e expressão como fenômeno não meramente residual no mundo contemporâneo, mas uma realidade que não foi e nem seria eliminada por completo com o avanço da urbanização, também apontam para a emergência de uma nova etapa na longa evolução das relações rural-urbano, onde campo e cidade não são mais “dois mundos estanques e separados, e sim fortemente interconectados, com interdependências e formas de influências mútuas (FAVARETO, 2019, p. 21)”

De fato, é possível flexibilizar as rígidas limitações analíticas campo/ cidade, dentro/ fora; interno/ externo; rural / urbano impostas (BRENNER, 2018, p. 317).

O ponto de inflexão – a partir do qual se altera profundamente a cidade, e posteriormente, o campo – é a industrialização. Apenas a partir da industrialização, processo de *urbanização extensiva*, compreendendo-o como a chegada:

àquele estágio de organização espacial no qual o capitalismo industrial, firmemente estabelecido dentro da cidade e controlando toda sua região de influência, provoca a ruptura da cidade (herdeira da “polis”, da “civitas”), em duas partes relacionais: o *core*, o centro/núcleo urbano, resultante do processo de implosão do *locus* do poder, marca da antiga cidade; e o tecido urbano, a trama de relações socioespaciais que se estende à região resultante da explosão da cidade preexistente (MONTE-MÓR, 2019, 252).

Portanto, no processo de urbanização extensiva, o tecido urbano estende-se pelo “espaço regional à medida que relações de produção e forças produtivas capitalistas criam as condições socioespaciais necessárias para a acumulação continuada” ‘corroendo’ resíduos da vida agrária (LEFEBVRE, 1999 apud MONTE-MOR, 2019, p. 252). Contudo, não há o desaparecimento do rural ou do campo, e a ruralidade persiste e altera-se em forma e conteúdo:

¹³ Na trajetória histórica e dialética apresentada por Henri Lefebvre, na obra *Revolução Urbana* (1999), desde a *polis* grega, passando pela cidade mercantil e industrial, compreende-se a transformação de conteúdos da cidade que vão se tornando hegemônicos e que, portanto, vão se constituindo como “totalidades socioespaciais distintas” (RANDOLPH, 2020, p.17).
6

Agora, porém, é um outro rural, portador de um significado diferente (...). É um rural em grande parte permeado e dominado pelo urbano onde áreas rurais, antes dedicadas exclusivamente a atividades agrárias, passam a representar uma fronteira rural fictícia e/ou arbitrária à medida que se tornam equipadas com instalações que permitam o deslocamento pendular cotidiano e que as antigas atividades extensivas e/ou de subsistência são substituídas por atividades agrárias intensivas de caráter industrial (agronegócio) ou por loteamentos rurais e condomínios fechados (LIMONAD & MONTE-MÓR, 2020).

Favareto (2019, p. 21) aponta que a “agricultura de *commodities* continua tendo um peso enorme na conformação dos espaços rurais”. Contudo, há outras dinâmicas como dimensões definidoras fundamentais das novas ‘ruralidades’, como o turismo, a exploração de novas fontes de energia e os recursos naturais “crescentemente objeto de novas formas de uso social, com destaque para a conservação da biodiversidade, o aproveitamento do potencial paisagístico disto derivado (Favareto, 2019, p. 19).” Há uma variedade de situações manifestas no campo brasileiro dando lugar a uma maior diversificação, individualização e heterogeneização, com integração intersetorial de economias e de mercados de bens e serviços, de trabalho e de bens simbólicos, alterações no sentido demográfico com o novo perfil populacional e de transferência de rendas; alterações nas relações interpessoais que implicam em menor isolamento e maior mobilidade física (FAVARETO, 2019).

Brandão (2019) aponta uma tipologia com cinco tipos de territórios das últimas duas décadas demarcados por investimentos públicos e privados, bem como processos econômicos e políticos que impactaram o espaço geográfico nacional. Três desses tipos (tipos III, IV e V), em especial, ajudam-nos a repensar esse rural-urbano contemporâneo, revelando novas dinâmicas e conteúdos socioespaciais no campo ou nas ruralidades. São eles: (1) “tipo III *territórios predominantemente impactados e (re)definidos pela demanda mundial de commodities*; (2) “tipo IV *territórios predominantemente impactados pelos investimentos realizados ou orientados pelo Estado em infraestruturas logísticas e de energia etc.*”; e (3) “tipo V - *territórios predominantemente impactados com a implantação de investimentos tópicos ou pontuais, com tendência a se constituírem em polos isolados ou enclaves com baixa indução do entorno*” (BRANDÃO, 2019, p. 307).

De fato, a estruturação territorial deriva portanto de “formas de desenvolvimento urbano, em diferentes níveis e escalas, resultantes tanto da lógica da ação do Estado, de distintos capitais (empresas), entre eles o industrial, agroindustrial e em particular o imobiliário” que geram um padrão de mobilidade do trabalho com a liberação das relações tradicionais de produção, como a força de trabalho sazonal (LIMONAD, 2019, p. 288).

A reboque desses processos, ocorre a dissolução de relações tradicionais de produção no campo que afastam e expulsam os habitantes nativos e originários substituindo gradualmente formas ancestrais de subsistência (LIMONAD & MONTE-MOR, 2020). Dessa perspectiva, os arranjos espaciais, sejam no campo ou na cidade, seriam fruto da “interação inevitável entre acumulação e espoliação” a partir de efeitos nocivos de programas de ajustamento estrutural de terra, grilagem, expansão agroindustrial, pilhagem (BRENNER, 2018, p. 317).

Quanto do aumento da produção habitacional do PMCMV (modalidades urbanas) conduzido por agentes majoritários e hegemônicos no interior dos municípios pequenos e de cidades médias, não fora este justamente o resultado, nos últimos dez anos, de um afluxo de famílias de trabalhadores em despossessão e espoliados por processos ocorridos no campo (BUONFIGLIO, 2021a)? Do ponto de vista da estruturação territorial brasileira, o PNHR trouxe algum impacto demográfico no sentido de permanência de famílias de pequenos agricultores, assentados, trabalhadores e posseiros no campo? E mais ainda, o PNHR serviu para interromper os efeitos da espoliação, justamente como

forma de manutenção das comunidades tradicionais e povos originários, na defesa de suas territorialidades?

Ainda na tipologia apontada por Brandão (2019, p. 307), resta um território – *tipo II* – talvez o mais difícil de identificação e demarcação, justamente pelo “predomínio de impulsos das políticas sociais (dispersas) em territórios impactados pelas melhorias das condições de vida e pela ampliação do mercado interno de consumo”.

Nesse sentido, perscrutando as transformações socioeconômicas e seus impactos territoriais recentes no Brasil, o autor (2019) indaga:

quais frentes de acumulação são abertas, disponibilizadas e viabilizadas pela natureza dos investimentos públicos e privados realizados? (...) Em uma análise multiescalar e multinível, quais são os interesses nas escalas internacional, nacional e regionais originados sobre cada território? Qual relação eles estes territórios e essas políticas têm com o porte de cidade e com a complexidade do processo de urbanização e das relações com suas respectivas ruralidades (BRANDÃO, 2019, p. 9-10)?

PNHR: fronteira da política habitacional setorial urbana ou elementos para uma política territorial?

Aqui não pretendemos nos deter em tipologias urbanas ou rurais¹⁴ nem identificar o quanto porções do espaço rural estão sendo mais ou menos impactadas pelo processo de urbanização extensiva, a partir de frentes de acumulação e espoliação continuada. O que nos interessa no delineamento dos universos rural-urbano ou mesmo em sua distinção é a compreensão de como ambos têm balizado particularidades de políticas públicas que impactaram territorialmente, e aqui, em especial, a política habitacional levada a cabo pelo PNHR.

Independentemente de uma ruralidade com lógica predominantemente urbana, há diferenças nos tipos de territórios que devem ser consideradas de modo a não se apagar as características mais substantivas dos espaços nos quais são implementados sob pena de seguirem sendo políticas meramente setoriais. Como adverte Favareto (2019, p. 30), ainda que tenham sido criadas “políticas setoriais com algum nível de ‘territorialização’, a absorção dos elementos trazidos com a abordagem territorial foi parcial”. Houve, segundo ele, “avanços na direção de reconhecer territórios como base de planejamento de políticas”, contudo, na maior parte dos casos, tratou-se apenas de “uma ampliação da escala dos investimentos”:

O que ocorreu foi, em geral, a tentativa de sugerir aos atores locais que definissem prioridades no âmbito dos respectivos territórios. Mas pouco se fez no sentido de diferenciar o desenho das políticas buscando dialogar substantivamente com as características distintivas dos territórios. Ora, é muito difícil que atores locais consigam adaptar políticas ou, mais ainda, que consigam, coordenar políticas se elas não forem elaboradas levando em conta estes aspectos. Seria preciso, portanto, aprimorar as formas de desenho das políticas públicas num sentido territorial, e não só especializar sua implementação. Reconhecer que há uma diferença em promover políticas de educação, de saúde, ou de habitação para territórios com características mais rurais ou mais urbanas é um primeiro passo importante nessa direção (FAVARETO, 2019, p. 31).

Portanto, essa breve revisão teórica nos leva a pensar o lugar e o papel do PNHR:

¹⁴ Vale conferir as tipologias realizadas pelo PNDR e o *Planhab* (analisadas em BUONFIGLIO, 2015) e as tipologias de Bitoun J. 2017 et al, Favareto et al 2014 apontadas em FAVARETO, 2019.

1. Houve a concepção e produção de uma política territorial voltada e pensada para as comunidades tradicionais em territorialidades? Ou houve apenas o rebatimento da política habitacional, historicamente setorial e urbana, no campo?
2. O PNHR delimitou uma nova fronteira na política de habitação para além dos perímetros urbanos?

Voltemos aos dados crus do PNHR. Os grupos beneficiários revelam um complexo mosaico de diversos universos correspondentes a comunidades tradicionais, como apontado na **Tabela 03**.

Tabela 03 - Grupos atendidos pelo PNHR por UH

Grupos atendidos PNHR	UH
Agricultores Familiares	128.513
Trabalhadores Rurais de Atividade Agropecuária Sazonal ou Continuada	22.857
Quilombolas	20.385
Assentados da Reforma Agrária	16.615
Outras Comunidades	16.200
Indígenas	7.567
Comunidades Extrativistas	2.119
Pescadores Artesanais	1.272
Famílias Programa Nacional de Crédito Fundiário	206
Todos os grupos	215.734

Fonte: Oliveira & Constantino, 2019. Adaptada pela autora.

A maior parte das unidades habitacionais contratadas foi para agricultores familiares (128.513 uh; 59,6%); seguidos por trabalhadores rurais¹⁵ (22.857 uh; 10,6%); quilombolas (20.385 UH; 9,4%); assentados da reforma agrária¹⁶ (16.615 uh; 7,7%); outras comunidades (16.200; 7,5%); indígenas (7.567 uh; 3,5%); comunidades extrativistas (2.119 UH; 1%); pescadores artesanais (1.272 UH; 0,6%); famílias do Programa Nacional de Crédito Fundiário¹⁷ (206 uh; 0,1%). Dentre os agricultores familiares e os trabalhadores rurais, além de pequenos proprietários, desde dezembro de 2012 o PNHR atendeu aos posseiros de terras públicas, aos ocupantes de terras particulares com pendência de partilha e aos posseiros de terras particulares, sem direito sucessório, uma vez atendidos os requisitos de comprovação da posse, por prazo de no mínimo cinco anos e sem contestação, cuja renda familiar

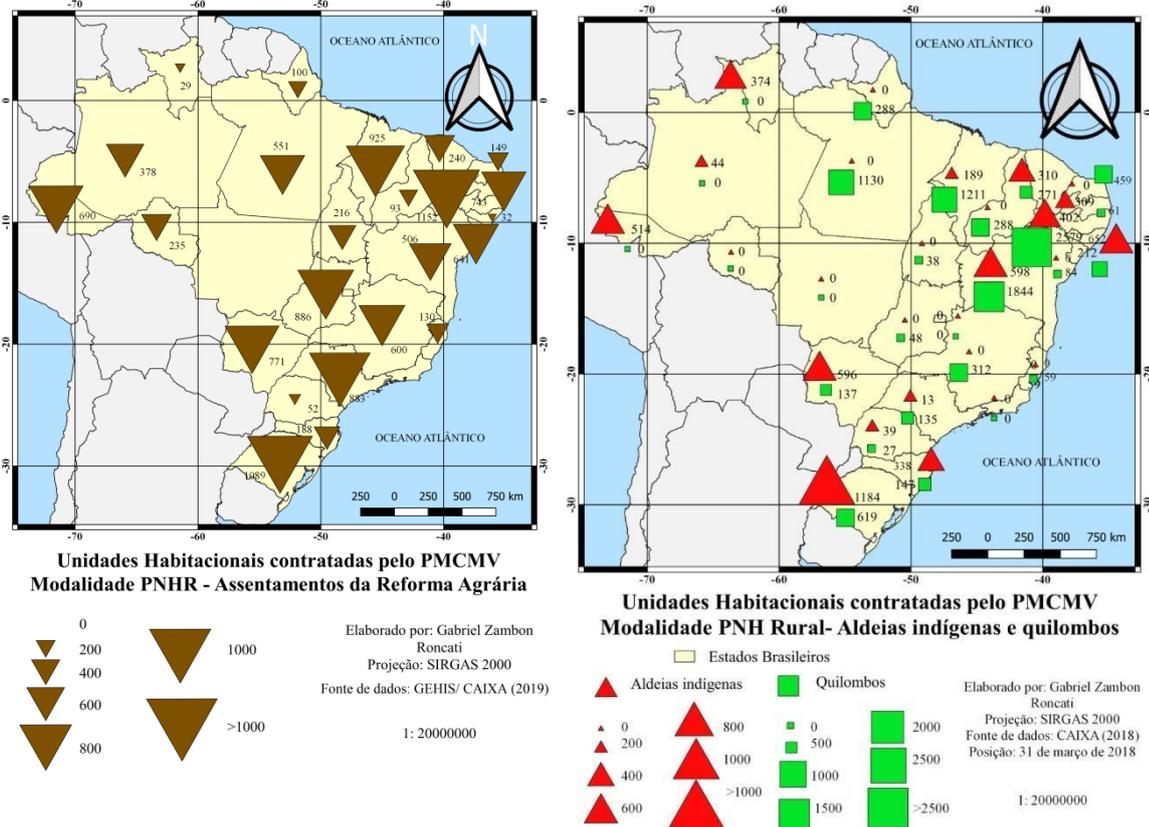
¹⁵ Quanto aos trabalhadores rurais o programa não atendeu os moradores da área rural que exerciam outras atividades como agentes de saúde, professores, empregados do comércio na área urbana, etc., mesmo que a renda se enquadrasse nos limites estabelecidos, estando tanto descobertos pelo PNHR e também pelo PNHU, que só promovia a habitação de interesse social em áreas urbanas.

¹⁶ Apenas em 2013 que as famílias de assentados do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) se tornaram público alvo do PNHR, pela Portaria Interministerial (MCidades, MPOG, MDA) nº 78/2013.

¹⁷ Apenas em 2015 que os agricultores familiares beneficiários do Crédito Fundiário foram incluídos no Programa, pela Portaria Interministerial (MCidades e MDA) nº 345/2015.

anual bruta não ultrapassasse R\$ 17 mil (OLIVEIRA & CONSTANTINO, 2019). Os mapas seguintes, **Mapas 02 e 03**, apontam as unidades habitacionais contratadas em assentamentos da Reforma Agrária, em aldeias indígenas e quilombos.

Mapas 02 e 03 - Modalidade PNHR: unidades habitacionais em assentamentos da Reforma Agrária; em aldeias indígenas e quilombos



Fonte: Mapa 02 - Caixa Econômica Federal (GEHIS) dados MCMV empreendimentos Brasil, Faixa 1, (posição: 18/10/2019); Mapa 03 - Caixa Econômica Federal, dados MCMV empreendimentos Brasil, Faixa 1, (posição: 31/03/2018). Adaptado pela autora.

No Mapa 02, estão os contratos de unidades habitacionais em assentamentos da do PNRA – Programa Nacional da Reforma Agrária (total de 16.615), despontando Pernambuco (1.152), seguido do Rio Grande do Sul (1.089), Maranhão (925), Goiás (886), São Paulo (883) e Mato Grosso do Sul (771). No Mapa 03, liderando os contratos de unidades habitacionais para quilombolas (total de 20.385) desponta o Nordeste, principalmente Pernambuco (2.579), Bahia (1.844) e Maranhão (1.211), seguidos do Pará (1.130), na Região Norte. Já a contratação de unidades habitacionais para aldeias indígenas (total de 7.567), Mapa 03, representa um universo total bem menor que nos quilombos, e há um predomínio do Rio Grande do Sul (1.184), seguido de Alagoas (652), Bahia (598), Mato Grosso do Sul (596) e Acre (514).

Para dar conta desses dados que revelam a casa como produto concreto de uma concepção de política cujo rebatimento se deu em diversas territorialidades, precisamos pensar em uma outra fronteira, epistemológica, mais do que a de estudos transdisciplinares das Ciências Humanas, mas aquela de saberes populares e tradicionais.

A política habitacional nos territórios não pode ser apenas um “rebatimento” acrítico, meramente replicado de unidade habitacional sem diálogo com a realidade local e cultural. Segundo

Castro (2014), há margens do Estado – lugares com práticas sociais, identidade, pertencimento, linguagens – que escapam à racionalidade do Estado-Nação modernizador.

De acordo com Haesbert (2007), podemos compreender *territorialidades* como intimamente ligadas ao modo de uso e apropriação da terra, que é já o modo funcional e simbólico de experimentar e dotar o mundo de significado¹⁸. A territorialidade amplia a noção de território porque mobiliza uma dimensão simbólica e imaterial de identidade como “domínio do ‘vivido’ ou do não institucionalizado, frente ao território como espaço formal institucionalizado (HAESBAERT, 2007, p. 26)”. Em se tratando de territorialidades de comunidades tradicionais, incluindo um mosaico de povos originários tornados grupos beneficiários da política habitacional em contextos muito específicos e em realidades muito particulares, será preciso analisar em estudos futuros se as casas produzidas corresponderam às necessidades das famílias em seu sentido amplo, de valor cultural e simbólico. Para além da casa como referência, como teto e abrigo de famílias, as casas nessas territorialidades estão ligadas a rios, florestas, manejo de culturas, cujo cotidiano de apropriação depende antes da permanência, resistência à própria existência de tais modos de vida pela demarcação de terras, conflitos de uso e posse, etc.

Ainda que o PNHR trouxesse em suas diretrizes a “referência à valorização das características regionais, climáticas e culturais da localidade, assim como a valorização de projetos que contemplassem parâmetros de sustentabilidade ambiental” (OLIVEIRA & CONSTANTINO, 2019, p. 72) diversas críticas foram feitas aos projetos técnicos que padronizaram um modelo de habitar inadequado, nos quais as cooperativas eram desestimuladas a “inventar” em nome da agilidade na análise dos projetos:

Em relação aos projetos de arquitetura, o programa recebeu críticas por estabelecer um projeto padrão, pela inadequação das dimensões mínimas estabelecidas para os compartimentos das moradias, pela obrigatoriedade de utilização de materiais de difícil obtenção em determinadas regiões, por dificultar a ampliação das casas, por impedir de que sejam desenvolvidos projetos com características mais próximas às necessidades das famílias e à cultura de comunidades específicas, como indígenas e quilombolas. Essas críticas são parcialmente pertinentes, pois efetivamente não há um projeto padrão e as especificações, inclusive, estabelecem que os projetos arquitetônicos deverão apresentar compatibilidade com as características regionais, locais, climáticas e culturais da localidade/comunidade. No entanto, chegam à SNH informações de que algumas gerências dos agentes financeiros buscam induzir a utilização de projetos-padrão, como forma de agilizar a aprovação dos projetos. (OLIVEIRA & CONSTANTINO, 2019, p. 71 - 72).

À luz de estudos transdisciplinares, sobretudo da arquitetura, levando em conta outras epistemes, sensíveis ao modo de vida de comunidades tradicionais, será necessário compreender para além do projeto arquitetônico que chegou a estas localidades, se a racionalidade que a preside, terá sido urbana, como a casa padronizada do faixa 1 na cidade tendo apenas ultrapassado o perímetro urbano.

Segundo Oliveira & Constantino (2019), para além da produção ou reforma de unidades habitacionais, os subsídios do PNHR também contavam com assistência técnica e trabalho social (para os Grupos 1 e 2). O Grupo 1 podia ainda recorrer à produção de cisterna (para reserva de 16 mil litros de água de chuva, especificamente na região do semiárido) ou solução de tratamento de efluentes em qualquer município do território nacional (Grupo 1)¹⁹. Esses serviços podiam ser prestados pela própria entidade organizadora dos beneficiários ou contratados por ela.

¹⁸ SACK, 1986, p. 219 apud HAESBERT, 2007

¹⁹ Pelas regras atuais estabelecidas pela Portaria Interministerial nº 97/2016, os subsídios para produção ou reforma de unidades habitacionais, mais a assistência técnica e o trabalho social, produção de cisterna ou solução de tratamento de

Ao longo do Programa, outras queixas foram apontadas quanto à dificuldade de entrega de materiais nos locais, distantes dos centros urbanos de fornecimento. Houve também várias solicitações da região Norte encaminhadas à época por governos estaduais, municipais e entidades ao Ministério das Cidades para a utilização da madeira para a construção e reforma de habitações no PNHR (OLIVEIRA & CONSTANTINO, 2019)²⁰. Tivemos acesso ao relatório de acompanhamento de obras de ex-gestores atuantes em comunidades agroextrativistas em Tarauacá, no Acre, que conseguiram o uso da madeira na produção das casas, como podemos visualizar na 1ª Sequência de Fotos, a seguir.

1ª Sequência de Fotos - Casas PNHR de madeira para comunidade agroextrativista da Floresta Pública do Gregório. O antes e o depois – Vila São Vicente, Tarauacá, Acre



Fonte: Acervo Equipe Secretaria de Desenvolvimento Florestal, Governo do Estado do Acre (2014)

Não podemos esquecer que, em plena segunda década do século XXI, subsiste a casa de taipa, lata, madeira não aparelhada, papelão, sem banheiro e revestida na forma de inúmeras precariedades quando mero abrigo imediato, apontada como *déficit*²¹.

Recente, trabalho de um pesquisador arquiteto demonstrou o “antes” e o “depois” do PNHR em contexto de famílias beneficiárias que viviam em casas de lata em vilas de pescadores artesanais, na Ilha da Torotama, no sul do Rio Grande do Sul (CORRÊA, 2019), como podemos visualizar na 2ª Sequência de Fotos.

efluentes (STE), destinadas ao Grupo 1 podiam alcançar os valores de R\$ 40.800,00 e R\$ 26.300,00 no caso de produção ou reforma, respectivamente, na região Norte, ou R\$ 38.400,00 e R\$ 24.900,00 para as demais regiões.

²⁰ Portaria MCidades nº 318/2014, que regulamentou o uso da madeira na produção e reforma habitacional na região Norte. Os autores, contudo, relatam que chegou a ser montado um Grupo de Trabalho coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e pesquisadores da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de São Carlos, do Instituto Tecnológico Federal Paraná, e ONGs que atuavam na região Norte.

²¹ O estudo que baliza, quantifica e aponta o déficit (conjunto de carências qualitativas do modo de habitar no Brasil) e que deverá ser devidamente problematizado, encontra-se em Fundação João Pinheiro, 2021).

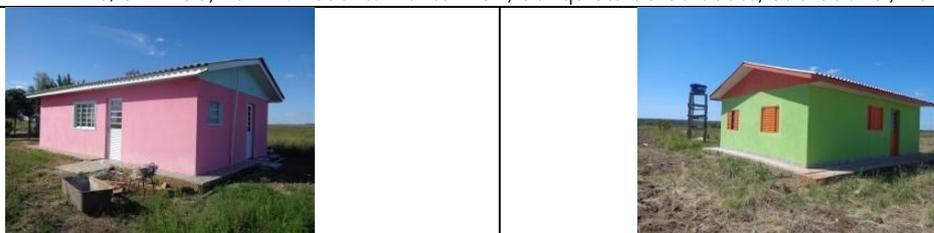
2ª Sequência de Fotos – O antes e o depois: casas de lata e as do PNHR
Pescadores Artesanais – Ilha da Torotama, RS



Fonte: Corrêa, F.G. (2019). Autor das imagens e arquiteto do projeto habitacional.

E por fim, a 3ª e última sequência de fotos das casas do PNHR para assentados da Reforma Agrária no Assentamento do MST – Movimento dos Sem Terra, Conquista do Caiboaté, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Com destaque para o fato da arquiteta da cooperativa que construiu as casas em assentamentos do RS (COCEARGS) ter recebido o Prêmio Arquiteto do Ano/SAERGS pelo Sindicato das Arquitetas e dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2017.

3ª Sequência de Fotos – Casas PNHR para Assentados da Reforma Agrária - Prêmio Arquiteto do Ano/SAERGS, 2017 - Assentamento MST, Conquista do Caiboaté, São Gabriel, RS



Fonte: Acervo de fotos Arquiteta Sabrina Cerqueira / COCEARGS (2017)

De fato, é preciso compreender o que ocorreu nessas margens da política e/ou fronteiras da urbanização. Sabemos que foram agentes minoritários não hegemônicos que organizaram a demanda habitacional reivindicando tal “modalidade” específica dentro do PMCMV, disputando recursos, projetos e conduzindo processos produtivos espaciais acionando uma ampla frente de arquitetos e urbanistas em cooperativas habitacionais que se consolidaram com a formalização e habilitação de CNPJ (BUONFIGLIO, 2021a). Resta, contudo, aprofundar o debate sobre as redes ativadas e o protagonismo de cada grupo nos territórios e territorialidades em suas formas de associação com cooperativas habitacionais, movimentos sociais e entidades organizadoras, sobretudo em comunidades tradicionais e de que forma a política territorial esteve alicerçada.

Considerações finais

Para uma devida avaliação crítica de uma política habitacional, é preciso antes reconhecê-la, torná-la visível como objeto de investigação teórica e empírica. Partimos de uma breve caracterização

do PNHR com um conjunto de dados da produção habitacional do programa, inicialmente com dados brutos para contrastar com demais modalidades no meio urbano.

Os aportes sobre a teoria da urbanização extensiva e sobre ruralidade servem para redimensionar os pares cidade-campo, rural-urbano e para tentar situar a fronteira do PNHR, pois como política habitacional inédita rebateu fora dos perímetros urbanos, alcançando povoados localizados na zona rural de municípios. O que enriquece a análise como um desafio teórico e epistemológico é o universo que demandou e acessou a política em tela, já que se tratou de um mosaico de comunidades tradicionais ligadas a territorialidades. Nesse sentido, destacamos no presente artigo um conjunto de dados inéditos da produção habitacional com alguns mapas e fotos de casas em assentamentos da reforma agrária, em quilombos, aldeias indígenas, casas para pescadores e em comunidades extrativistas. Diversas questões permanecem em aberto, pontuadas no presente artigo a partir de um eixo principal que subjaz à análise: como a política habitacional levada a cabo pelo PNHR impactou no território rural? Qual seria o lugar do PNHR na nova dinâmica de estruturação territorial brasileira e como política territorial? Houve a concepção e produção de uma política territorial voltada e pensada para as comunidades tradicionais em territorialidades? Ou houve tão somente o rebatimento da política habitacional, historicamente setorial e urbana? Futuras pesquisas deverão subsidiar análises críticas sobre limitações, alcances e estratégias da produção habitacional brasileira, pautando saberes populares, técnicos e políticos mobilizados por agentes não hegemônicos.

Referências

- BRANDÃO, C.A. (2019) *As Ausências e Elos Faltantes das Análises Regionais no Brasil e a Proposição de uma Agenda de Pesquisas de Longo Prazo*. 246p. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10210/1/AsAus%C3%AAnciasfaltanAn%C3%A1liseRioBrasil.pdf>> Acessado em em 30 julho.2021
- BRENNER, N. (2018) *Espaços da Urbanização: O urbano a partir da teoria crítica* 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles.
- BUONFIGLIO, L. V. (2021a) Minha Casa, Minha Vida à luz do desenvolvimento territorial. In: Limonad, Ester; Monteiro, João C.; Mansilla, Pablo (orgs.) et al. *Planejamento territorial volume 2: reflexões críticas e práticas alternativas*. São Paulo: Editora Max Limonad, p. 131-158. Disponível em: <<https://www.livrariamaxlimonad.com.br/pdfgratuitos>> Acessado em 05 agosto.2021
- BUONFIGLIO, L. V. (2021b) Compreendendo as novas dinâmicas urbanas. L. Royer (Org). *PMCMV+10: Caminhos para a política habitacional no Brasil*. São Paulo (no prelo).
- BUONFIGLIO, L. V. (2015) *Da política urbana federal à produção do espaço municipal: a gestão habitacional no Rio Grande do Sul*. 2015. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas,
- CASTRO, E. R. (2014) Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais In: LIMONAD, E., CASTRO, E. R.. (org). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital.
- CORRÊA, F.G. (2019) *O Programa Nacional de Habitação Rural como Incentivo à Permanência das Famílias Camponesas em suas Comunidades de Origem: A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS*. 2019, 263p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- COSTA, J. E da (coord.). (2015) *Impactos sociais e econômicos na implantação de habitações rurais no nordeste a partir do PMCMV: sua importância para a agricultura familiar*. Relatório de pesquisa para a Chamada MCTI/CNPq/ MCIDADES Nº 11/2012. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, PPG em Geografia.
- FAVARETO, A. (2019) Nova Qualidade das Relações Rural-Urbano: Implicações para o Planejamento e as Políticas Públicas In: FAVARETO, A; OLIVEIRA, C.L.S; C.A S CONSTANTINO; DENALDI, R. *Política Habitacional: Novas Urbanidades e Ruralidades*. Salvador: UFBA/Escola de Administração. Gestão do Desenvolvimento Territorial. Disponível em: <https://issuu.com/ciags/docs/politica_habitacional_/77> Acessado em 01 março.2021
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, DÉFICIT HABITACIONAL E INADEQUAÇÃO DE MORÁDIAS NO BRASIL. (2021) *Principais resultados para o período de 2016 a 2019*. Diretoria de Estatística e Informações. Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil: 2016 - 2019. Belo Horizonte: FJP.
- HAESBAERT, R. (2007) *Território e Multiterritorialidade: um Debate*. GEOgraphia, Ano IX, Nº 17.
- LIMONAD, E. (2019) Entre as lógicas e as escalas da urbanização. In: Ester Limonad. (Org.). *ETC: espaço, tempo e crítica....* Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 284-306. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/344351549_Entre_as_logicas_e_as_escalas_da_urbanizacao> Acessado em 01 julho.2021
- LIMONAD, E., & MONTE MÓR, R. L. M. (2020). O rural e o urbano em uma era de urbanização generalizada. In: D.S. Maia, A.M. Rodrigues, & W.R. Silva. (Org.). *Expansão urbana: despossessão, conflitos, diversidade na produção e consumo do espaço*, João Pessoa: Editora da UFPB, p. 222-253. Disponível em: <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/779/850/7571-1>> Acessado em 30 julho.2021
- MASCIA, E. (2019). *Política Habitacional, Financiamento e Produção da Cidade*. Atividade 3 Master in Social Administration (MSA) em Gestão do Desenvolvimento Territorial. Centro Interdisciplinar de

Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

MONTE MÓR, R. L. M. (2019) Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental In: Ester Limonad. (Org.). *ETC: espaço, tempo e crítica...* Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 251-262. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/344351549_Entre_as_logicas_e_as_escalas_da_urbanizacao> Acessado em 01 julho.2021

OLIVEIRA, C; L.S; CONSTANTINO, C.A.S. (2019) O Programa Nacional de Habitação Rural. In: FAVARETO, A; OLIVEIRA, C.L.S; C.A S CONSTANTINO; DENALDI, R. *Política Habitacional: Novas Urbanidades e Ruralidades*. Salvador: UFBA/Escola de Administração. Gestão do Desenvolvimento Territorial. Disponível em: <https://issuu.com/ciags/docs/politica_habitacional_/77> Acessado em 01 março.2021

RANDOLPH, R. (2020) Expansão, implosão e explosão urbana nas fronteiras das metrópoles. Em busca de características particulares da sociedade urbana. In: D.S. Maia, A.M. Rodrigues, & W.R. Silva. (Org.). *Expansão urbana: despossessão, conflitos, diversidade na produção e consumo do espaço*. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 222-253. Disponível em: <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/779/850/7571-1>> Acessado em 30 julho.2021

ROYER, L (org). (2021) *PMCMV+10: Caminhos para a política habitacional no Brasil*. São Paulo, (no prelo).